



TEORIA E EXERCÍCIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA-RS

I MONITOR

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Matemática e Raciocínio Lógico
- ✓ Conhecimentos Específicos
- ✓ Legislação (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026



Conteúdo de acordo
com o Edital nº 01/2026
Questões gabaritadas
da HC Assessoria



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RS

Monitor

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Monitor de acordo com o Edital nº 17/2026 - Concurso Público nº 01/2026, da Prefeitura Municipal de Canela - RS.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *HC Assessoria Administrativa*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse o conteúdo complementar disponível on-line para este livro em nossa plataforma: *Legislação disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS.....	11
INFERÊNCIA E EFEITOS DE SENTIDO.....	11
■ TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS.....	14
■ IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS	24
■ FINALIDADE, TEMA, TESE E ARGUMENTOS DO TEXTO.....	25
■ COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL	27
■ RELAÇÕES SINTÁTICAS E SEMÂNTICAS.....	32
DENOTAÇÃO.....	32
CONOTAÇÃO	32
SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES NO CONTEXTO	32
SINONÍMIA	32
ANTONÍMIA.....	32
HOMONÍMIA.....	33
PARONÍMIA	33
POLISSEMIA	34
PERÍODO SIMPLES – TERMOS ESSENCIAIS, INTEGRANTES E ACESSÓRIOS DA ORAÇÃO	35
PERÍODO COMPOSTO	41
COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO.....	41
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	45
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	47
■ VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E NÍVEIS DE LINGUAGEM	53
Figuras de Linguagem	54
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	56
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	57
EMPREGO DO HÍFEN	57
EMPREGO DAS LETRAS MAIÚSCULAS	58

SEPARAÇÃO SILÁBICA	58
■ FONÉTICA E FONOLOGIA	58
■ CLASSES DE PALAVRAS E SEUS EMPREGOS.....	60
Flexão Nominal	61
Colocação Pronominal	70
Tempos e Modos Verbais: Flexão Verbal	71
Vozes Verbais.....	73
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	77
■ EMPREGO DA CRISE.....	82
■ PONTUAÇÃO.....	84
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	87
■ DISCURSO DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE.....	89
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS – CORREÇÃO GRAMATICAL.....	91
SUBSTITUIÇÃO	92
DESLOCAMENTO	93
PARALELISMO DE ESTRUTURAS	93
■ EQUIVALÊNCIA.....	94
■ REDAÇÃO OFICIAL, CONFORME O MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	96
MATEMÁTICA RACIOCÍNIO LÓGICO	137
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS: OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS E PROPRIEDADES	137
NATURAIS	137
INTEIROS.....	137
RACIONAIS.....	139
FRAÇÕES E NÚMEROS DECIMAIS.....	140
IRRACIONAIS	141
REAIS	143
■ NÚMEROS PRIMO	143
MÚLTIPLOS E DIVISORES	143
CRITÉRIOS DE DIVISIBILIDADE	144

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM.....	144
MÁXIMO DIVISOR COMUM.....	146
■ POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO.....	147
■ RAZÃO E PROPORÇÃO	151
JUROS SIMPLES	156
JUROS COMPOSTOS.....	158
REGRA DE TRÊS SIMPLES	160
REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	162
PORCENTAGEM	164
DESCONTOS E ACRÉSCIMOS	166
■ ESTATÍSTICA BÁSICA	166
MÉDIAS ARITMÉTICA SIMPLES.....	166
MÉDIAS ARITMÉTICA PONDERADA	167
■ EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS	167
SISTEMAS DE EQUAÇÕES.....	176
■ FUNÇÕES DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS	177
■ SEQUÊNCIAS LÓGICAS	179
PADRÕES NUMÉRICOS E SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS	179
PROGRESSÕES ARITMÉTICAS.....	180
PROGRESSÕES GEOMÉTRICAS	181
PADRÕES ALFABÉTICOS E FIGURATIVOS	183
■ UNIDADES DE MEDIDA E CONVERSÕES.....	184
■ GEOMETRIA PLANA E ESPACIAL	187
PERÍMETRO E ÁREA	187
VOLUME E CAPACIDADE.....	190
ÂNGULOS E RELAÇÕES MÉTRICAS	201
TEOREMA DE PITÁGORAS	205
■ ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TABELAS, GRÁFICOS E DIAGRAMAS	206
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA: PROBLEMAS DE CONTAGEM, ORDENAÇÃO, ASSOCIAÇÃO E DEDUÇÃO	211

PROBABILIDADE.....	214
■ PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS LÓGICOS	221
RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA ENVOLVENDO CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS E RACIOCÍNIO LÓGICO	226
TABELAS-VERDADE	226
■ NEGAÇÃO, EQUIVALÊNCIA E IMPLICAÇÃO	228
■ ARGUMENTOS E VALIDADE LÓGICA	236
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	237
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	241
■ RELAÇÕES ENTRE PESSOAS, OBJETOS E SITUAÇÕES HIPOTÉTICAS	247
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	253
■ FUNDAMENTOS DA ATUAÇÃO DO MONITOR EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS, ESCOLARES, SOCIAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS E RECREATIVOS.....	253
■ ATRIBUIÇÕES, RESPONSABILIDADES E LIMITES DE ATUAÇÃO DO MONITOR.....	254
■ ÉTICA PROFISSIONAL.....	255
■ POSTURA	256
■ SIGILO E RESPONSABILIDADE	256
■ RELACIONAMENTO INTERPESSOAL.....	257
■ COMUNICAÇÃO CLARA, CORDIAL, INCLUSIVA E ADEQUADA AO PÚBLICO ATENDIDO	261
■ ORGANIZAÇÃO DE ROTINAS, HORÁRIOS, ESPAÇOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES.....	265
ACOMPANHAMENTO, ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, ADULTOS E IDOSOS EM ATIVIDADES COLETIVAS.....	265
ACOMPANHAMENTO EM TRANSPORTE, DESLOCAMENTOS, ENTRADAS, SAÍDAS, PASSEIOS, EVENTOS E ATIVIDADES EXTERNAS	265
■ APOIO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS, RECREATIVAS, CULTURAIS, ESPORTIVAS, SOCIAIS E DE CONVIVÊNCIA	266
■ DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS DIFERENTES FASES DA VIDA	266
■ NOÇÕES DE INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE, VIDA ADULTA E ENVELHECIMENTO	272

■	SOCIALIZAÇÃO, AUTONOMIA, CONVIVÊNCIA, DISCIPLINA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	273
■	MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, ESCUTA ATIVA E RESOLUÇÃO PACÍFICA DE SITUAÇÕES COTIDIANAS	275
■	INCLUSÃO SOCIAL, ACESSIBILIDADE, DIVERSIDADE, EQUIDADE E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS.....	276
■	ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NECESSIDADES ESPECÍFICAS OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	281
■	TRANSTORNOS DO DESENVOLVIMENTO	288
■	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	290
■	ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	290
■	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E PROTEÇÃO SOCIAL	312
■	PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIAS, NEGLIGÊNCIA, ABUSO, DISCRIMINAÇÃO, BULLYING E SITUAÇÕES DE RISCO	334
	IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS DE VULNERABILIDADE E COMUNICAÇÃO AOS RESPONSÁVEIS OU À EQUIPE TÉCNICA COMPETENTE	334
■	NOÇÕES BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS, PREVENÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA NOS ESPAÇOS DE ATENDIMENTO	336
■	HIGIENE, SAÚDE, ALIMENTAÇÃO, CUIDADO, BEM-ESTAR E ORGANIZAÇÃO PESSOAL DOS ATENDIDOS.....	342
■	TRABALHO EM EQUIPE E ARTICULAÇÃO COM PROFESSORES, TÉCNICOS, COORDENAÇÃO, FAMÍLIAS, COMUNIDADE E DEMAIS PROFISSIONAIS	343
	PLANEJAMENTO, REGISTRO E RELATO DE OCORRÊNCIAS, FREQUÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E COMPORTAMENTO DOS ATENDIDOS.....	343
■	USO ADEQUADO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, RECREATIVOS, ESPORTIVOS E DE APOIO	343
■	ORGANIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E ZELO PELO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS E AMBIENTES	345
■	ATIVIDADES LÚDICAS, JOGOS, BRINCADEIRAS, DINÂMICAS DE GRUPO, OFICINAS E PRÁTICAS DE CONVIVÊNCIA	346
■	NOÇÕES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	348
■	ATENDIMENTO HUMANIZADO E ACOLHIMENTO	350

NORMAS DE CONVIVÊNCIA, DISCIPLINA INSTITUCIONAL E CONDUTA ADEQUADA EM ESPAÇOS PÚBLICOS.....	350
--	------------

LIMITES DA INTERVENÇÃO DO MONITOR E ENCAMINHAMENTO DE DEMANDAS À EQUIPE RESPONSÁVEL.....	350
--	-----

PREVENÇÃO DE RISCOS, RESPONSABILIDADE CIVIL, CUIDADO COLETIVO E PROTEÇÃO INTEGRAL DOS ATENDIDOS	351
--	------------

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA E EFEITOS DE SENTIDO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

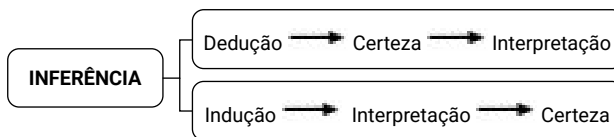
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

MATEMÁTICA

RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS E PROPRIEDADES

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo N^* para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N^*** , que representa os números **naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “ n ” é o número “ $n+1$ ”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “ n ” é o número “ $n-1$ ”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, $(n - 1, n \text{ e } n+1)$ são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;

- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

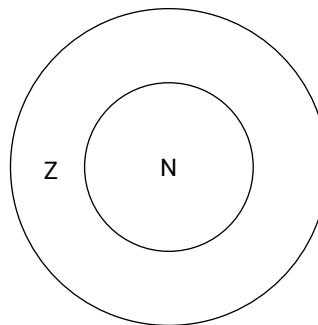
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$Z = \{\dots, -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

LEGISLAÇÃO

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

A Lei Orgânica do Município de Canela, consolidada pela Câmara de Vereadores em 18 de junho de 2012, é a lei municipal de maior hierarquia no ordenamento local e organiza o exercício do poder político em Canela. O texto afirma a autonomia do Município, reparte competências entre o Legislativo e o Executivo, disciplina o processo legislativo e fixa o regime dos agentes políticos e dos servidores, estabelecendo ainda os parâmetros da administração pública local, dos bens municipais, dos tributos e do controle das contas.

A existência de uma lei orgânica própria decorre do art. 29 da Constituição Federal, que determinou a cada Município reger-se por lei votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal. Antes de 1988 a organização do Município vinha de lei estadual, e a mudança transformou a Lei Orgânica no principal instrumento de autogoverno local. Em Canela, o texto vigente resulta de consolidação que reuniu a redação original e as emendas posteriores, o que explica a presença de dispositivos revogados ao longo da numeração.

Art. 1º *O Município de Canela é uma unidade do território do Estado do Rio Grande do Sul, com autonomia política, administrativa e financeira, regendo-se por esta Lei Orgânica e pelas demais Leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.*

A autonomia municipal enunciada no artigo de abertura desdobra-se em três dimensões reconhecidas pelos arts. 18 e 29 da Constituição Federal, a política, a administrativa e a financeira. A dimensão política se traduz na eleição direta do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, sem interferência dos demais entes na escolha dos governantes locais. A dimensão administrativa autoriza o Município a organizar seus serviços, criar cargos e prestar diretamente as atividades de interesse local. A dimensão financeira compreende a instituição e a arrecadação dos tributos próprios e a aplicação das receitas conforme o orçamento aprovado pela Câmara.

Dizer que o Município é unidade do território do Estado do Rio Grande do Sul não significa subordinação hierárquica ao governo estadual. Município e Estado são entes autônomos, cada um com competências próprias fixadas na Constituição Federal, e a referência ao território tem sentido geográfico. A parte final do dispositivo submete a autonomia local a dois parâmetros de validade, a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Lei municipal que os contrarie pode ser afastada em controle de constitucionalidade, e compete ao Tribunal de Justiça julgar a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da

Constituição Estadual, na forma do art. 125, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 2º *Os limites do território do Município só podem ser alterados por lei estadual, observado os requisitos estabelecidos em lei complementar.*

A alteração dos limites do território municipal depende de lei estadual e observa os requisitos de lei complementar federal, na linha do art. 18, § 4º, da Constituição Federal. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios exigem, além da lei estadual, consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, por plebiscito, e divulgação de estudos de viabilidade municipal. O Município não tem competência para redesenhar por lei local o próprio território.

Art. 3º *São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.*

Parágrafo único. *É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e ao cidadão investido em um deles, exercer função em outro, salvo nos casos previstos na Constituição Federal.*

A separação de poderes aparece no plano municipal com apenas dois Poderes, o Legislativo e o Executivo, porque o Município não possui Poder Judiciário nem tribunal de contas próprio em Canela.

Independência e harmonia entre os Poderes convivem com o controle recíproco, visível na sanção e no veto do Prefeito, na apreciação do veto pela Câmara e no julgamento das contas municipais.

O parágrafo único veda a delegação de atribuições entre os Poderes e proíbe que o cidadão investido em um deles exerça função em outro, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal. A ressalva explica situações como a do Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, tratada adiante no art. 16.

Art. 4º *Os Símbolos do Município são estabelecidos em Lei.*

A remessa dos símbolos municipais à lei ordinária mantém fora da Lei Orgânica a descrição da bandeira, do hino e do brasão de Canela, que podem ser alterados sem o quórum qualificado das emendas.

Art. 5º *Ao Município compete prover a tudo quanto se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:*

- I - elaborar o plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual;*
- II - instituir e arrecadar tributos de sua competência;*
- III - aplicar as rendas que lhe pertencerem, na forma de Lei;*
- IV - dispor sobre concessão, permissão e autorização de serviços públicos locais;*
- V - dispor sobre a administração, a utilização e alienação de seus bens;*
- VI - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;*
- VII - elaborar o seu plano diretor de desenvolvimento e de expansão urbana;*

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DA ATUAÇÃO DO MONITOR EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS, ESCOLARES, SOCIAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS E RECREATIVOS

I O MONITOR E SEUS CONTEXTOS

O monitor atua como profissional de apoio que acompanha os atendidos nas atividades de cuidado, convivência e aprendizagem, sempre articulado à equipe responsável pelo planejamento pedagógico do serviço. Diferentemente do professor, ele não conduz sozinho o processo de ensino, e sua tarefa é garantir que a rotina aconteça de modo seguro, acolhedor e organizado. Essa posição de apoio não diminui a importância do cargo, porque é na rotina diária que a criança vive boa parte do que aprende sobre si mesma e sobre o grupo.

Os ambientes institucionais reúnem creches, abrigos de acolhimento, casas de convivência e unidades socioeducativas, nos quais o cuidado é mais intenso e o público costuma estar em maior vulnerabilidade. Nesses espaços, a previsibilidade da rotina e a presença de um adulto de referência funcionam como fatores de proteção que ajudam a criança a se sentir segura.

A escola de tempo integral multiplicou a presença do monitor, pois estender a jornada do aluno exige alguém que organize os intervalos, as refeições e as oficinas do contraturno.

Os contextos sociais e culturais abrangem projetos de bairro, bibliotecas, centros culturais e ações comunitárias em que a atividade se torna meio de inclusão e de acesso a bens culturais. Já os contextos esportivos e recreativos, presentes em clubes, ginásios, colônias de férias e praças, colocam o corpo, o jogo e a brincadeira no centro da experiência. Muda o cenário de um espaço para outro, mas permanece a mesma responsabilidade de cuidar e de mediar a convivência entre os atendidos. Uma tarde de leitura numa biblioteca, uma visita a um museu ou um campeonato de queimada no ginásio são, todos, momentos em que o monitor cuida, organiza e ensina ao mesmo tempo.

Compreender bem cada contexto ajuda o monitor a ajustar sua conduta ao que o espaço pede, sem perder a coerência da função que exerce. Uma colônia de férias pede mais movimento e improviso, um abrigo pede escuta e estabilidade, e a escola pede sintonia fina com o plano do professor. Ler o ambiente antes de agir é uma das primeiras competências da função.

I BASES LEGAIS E DE POLÍTICAS

A atuação do monitor se apoia num conjunto de normas que colocam a criança e o adolescente na condição de sujeitos de direitos e de prioridade absoluta do Estado, da família e da sociedade. A Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, é a referência central, pois consagra a doutrina da proteção integral e o dever de todos protegerem crianças e adolescentes de qualquer forma de negligência, violência ou exploração. Esse princípio orienta cada decisão tomada no cotidiano do serviço.

A Lei nº 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sustenta a atuação em espaços escolares e deu base à ampliação da educação em tempo integral. Nela, a educação aparece como formação integral, e não como simples transmissão de conteúdos, o que aproxima o cuidado cotidiano do próprio ato de educar.

No campo da assistência social, a Resolução CNAS nº 109, de 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organiza os serviços do Sistema Único de Assistência Social e define, na proteção social básica, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Esse serviço trabalha em grupos, previne situações de risco e fortalece os laços familiares e comunitários, campo em que o monitor costuma atuar de modo direto com os atendidos.

A Lei nº 13.146, de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça o dever de inclusão e ampara o apoio a crianças com deficiência em ambientes que não as separem das demais.

Conhecer essas normas não transforma o monitor em jurista, mas orienta suas escolhas diante de situações delicadas do dia a dia. Saber que a prioridade é sempre a proteção do atendido evita improvisos e dá segurança para acionar a equipe, a família ou a rede de proteção quando algo foge do rotineiro.

Importante!

Diante de sinais de maus-tratos, negligência ou violência contra um atendido, o dever do monitor não é investigar nem confrontar a família, e sim comunicar de imediato a coordenação, que aciona o Conselho Tutelar. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a comunicação obrigatória de suspeitas às autoridades, e essa proteção tem prioridade sobre qualquer constrangimento.

I CUIDAR E EDUCAR COMO UNIDADE

Cuidar e educar formam uma só ação no trabalho com crianças, e essa é uma das ideias mais importantes para quem exerce a função de monitor. Quando o adulto ajuda a criança a lavar as mãos, a esperar sua vez ou a guardar um brinquedo, ele não resolve apenas uma necessidade prática, mas ensina hábitos, valores e formas de conviver. O gesto de cuidado carrega sempre uma intenção educativa, ainda que discreta e silenciosa.

A intencionalidade é o que separa o cuidado educativo da simples vigilância, pois vigiar significa apenas garantir que nada de ruim aconteça, ao passo que educar no cuidado aproveita a situação para que a

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO